

# CONCEPÇÕES E PARADIGMAS: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SILVA, N. S. - Bolsista PIBIC/UFRB-CFP<sup>1</sup>  
OLIVEIRA, T. C. B. C. - Professora Adjunta/ UFRB-CFP<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva trazer discussões acerca dos diferentes paradigmas que nortearam a educação das pessoas com deficiência. Pretende também refletir sobre as implicações das concepções educacionais sobre o processo de exclusão/inclusão na escola e nos demais espaços sociais. Os estudos relacionados à temática em foco assinalam que a efetivação da prática de inclusão, tem um longo caminho a ser percorrido, implicando superação das atitudes discriminatórias. Este trabalho embasou-se em pesquisas bibliográficas, caracterizando-se num artigo de revisão de literatura, visando contribuir para reflexão do tema em questão. Os resultados desse estudo apontam a necessidade de um amplo trabalho em função de minimizar atitudes discriminatórias relacionadas a essas pessoas, assim como compreender a importância de se respeitar as especificidades de cada indivíduo. Deste modo, concluímos que discutir sobre a inclusão requer que sejam considerados os propósitos da educação, suas concepções, necessidades educacionais das pessoas com deficiência e as singularidades desses sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concepções – Paradigmas- Deficiência

## INTRODUÇÃO:

Este artigo objetiva refletir sobre os diferentes paradigmas e concepções educacionais voltados para a pessoa com deficiência, bem como perceber a importância da inclusão desses sujeitos que ao longo do tempo foram postos a margem da sociedade.

Fundamentado nos estudos desenvolvidos por Alves (2006), Beyer (2006), Silva (2009), serão abordados os paradigmas da exclusão, segregação, integração e inclusão. Esses paradigmas estiveram sustentados em concepções que marcaram a educação voltada à pessoa com deficiência, assim como interferiram no processo de inserção social dessas pessoas que têm Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Durante muito tempo, o processo de escolarização era privilégio de poucos. Desse modo, muitos eram alijados dos ambientes sociais e impedidos de frequentarem espaços escolares, principalmente as pessoas com algum tipo de deficiência, as quais eram consideradas como dependentes e incapazes de executar qualquer função na sociedade, não sendo assim reconhecidas como pessoas produtivas. As suas potencialidades e habilidades preservadas não eram estimuladas como também não

---

1 Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC, Centro de Formação de Professores – CFP, *Campus* de Amargosa-Ba. E-mail: [natalisala2007@hotmail.com](mailto:natalisala2007@hotmail.com).

2 Professora Doutora da UFRB/CFP. E-mail: [therezabastos@ufrb.edu.br](mailto:therezabastos@ufrb.edu.br)

eram identificadas as suas especificidades como sujeito. Esse contexto caracterizava-se como de Exclusão.

Embora prevalecendo no âmbito social atitudes de exclusão que provocavam a invisibilidade da maioria algumas pessoas com deficiência conseguiam ocupar um espaço de visibilidade na sociedade, porém sofrendo discriminação em decorrência do forte domínio do paradigma da exclusão. Por se fazerem notar essas pessoas, passaram então, do lugar de excluídas para ocuparem a posição de Segregadas. Pois naquela concepção vigente, as potencialidades dos sujeitos com deficiência não tinham credibilidade e havia a crença socialmente difundida de que as pessoas com deficiência poderiam oferecer algum perigo para a sociedade, sendo então estes indivíduos isolados em instituições segregadoras. Nessas instituições eram agrupadas todas as pessoas consideradas anormais caracterizando-se a Segregação.

Inúmeras discussões e protestos de profissionais e pensadores ganharam repercussões internacionais sobre essa forma esmagadora de lidar com questões sociais que diziam respeito às diferenças humanas. Os protestos podiam ecoar como uma necessidade do avanço das ciências sociais, da saúde e também da educação. Um amplo movimento em defesa dos direitos humanos se opunha terminantemente à mentalidade da época. Essas discussões com visibilidade internacional contribuiu para que as pessoas com deficiência passassem dos espaços de Segregação para serem inseridas em ambientes em que fossem “treinadas” a viverem socialmente. Diversos espaços escolares foram criados, espaços esses em que as pessoas eram agrupadas de acordo com a deficiência que apresentavam e, deveriam adaptar-se a esses ambientes. Quanto mais propenso a adaptação era maior a probabilidade de ajustar-se, maior também era a chance do indivíduo ser aceito e integrar-se socialmente. Nesse sentido, vigorava a concepção de que o indivíduo era quem deveria adaptar-se a escola e não o contrário.

Embora o período supracitado apresentasse uma concepção segregativa, pode ser considerado como representativo de um significativo avanço social, por haver uma preocupação em permitir que as pessoas com deficiência tivessem acesso a escolarização ainda que em ambientes que as isolasse das demais. Havia diferentes formas de organização dos espaços educacionais: Escolas Especiais definidas por tipos de deficiências a serem contempladas; Classes Especiais em Escolas Comuns; Classes Hospitalares; Oficinas Profissionalizantes dentre outras formas de organizações. Esse período caracterizava-se por um paradigma educacional de Integração.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em 1994, na Espanha, que decorreu em Salamanca foi um evento de grande relevância, pois agregou pesquisadores de diversas partes do mundo. Nesse evento foram discutidas questões referentes à melhor maneira de educar as pessoas que apresentavam necessidades educacionais especiais, dentre elas aquelas com deficiência. Esse evento gerou um processo de implementação da inclusão ganhou força com discussões sobre a urgência de garantir uma educação de qualidade para todas as pessoas com Necessidades Educativas Especiais.

É notório que para a efetivação da inclusão, faz-se necessário que ocorram algumas mudanças tanto na postura e práticas pedagógicas do professor, quanto da infra-estrutura do espaço onde a criança esteja inserida, pois as pessoas com NEE necessitam de espaços adequados, de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados, os quais são garantidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e pelo Decreto 7.611/2011.

Desse modo, percebe-se ainda que, o trabalho para a inclusão de alunos com necessidade educacionais em salas regulares necessita de grandes avanços, tanto na questão física da escola quanto na parte que se refere às práticas pedagógicas, à formação inicial e continuada dos professores para atuarem com estas crianças.

## **1.0- CONCEPÇÕES E PARADIGMAS EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.**

Pensar na proposta de inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais pressupõe que inicialmente sejam tratados as concepções e paradigmas que historicamente é oposto ao que se propõe para a inclusão de pessoas com deficiências, tais com: a exclusão, segregação, integração, até chegarmos à política de inclusão.

Sabemos que a educação ao longo dos anos caracterizava-se por sua restrição apenas a um pequeno grupo de pessoas, onde o acesso à escolarização era privilégio de poucos. As que não atendiam aos protótipos propostos eram excluídas, pois consideravam que estes não tinham a mesma agilidade que as ditas normais, tendo em vista que as pessoas com deficiência apresentavam características que afetavam a dinâmica social do ambiente em que estivesse inserido.

De acordo com Silva (2009), na Idade Média, muitas pessoas com deficiência foram vítimas de perseguição, julgamento e execuções, uma vez que atribuíam a

imagem dessas pessoas à intervenção de forças demoníacas, a atos de bruxaria e feitiçaria, pois a sociedade da época era dominada pela religião, acreditavam que o homem deveria ser a “imagem e semelhança de Deus”, ou seja, perfeito.

Deste modo, as crianças com deficiência eram consideradas com monstros, por isso deveriam ser eliminadas. Ou ainda, estes sofriam discriminações, sendo consideradas como “sem prontidão para a escola” e não educáveis, além de não terem o direito de frequentar uma escola pública, pois estes deveriam ficar em casa ou em instituições específicas.

Apesar disso, segundo Beyer (2006), durante o Renascimento, a educação tornou-se para a burguesia um instrumento de ascensão social, porém mesmo que a educação fosse de acesso de todos, isso não alterava muita coisa. Visto que, para os filhos do povo era reservada uma formação mínima; para os filhos da burguesia era destinada uma formação técnica, limitados apenas ao comércio, enquanto para a elite, era reservada a formação superior, sendo assim a educação ainda para todos não existia.

Posteriormente, com a democratização da educação esta se tornou um bem público mais acessível à grande parte da população brasileira, uma vez que o acesso a escola tornou-se um direito de todos os cidadãos.

Entretanto, todas as pessoas que apresentavam deficiências as quais dificultasse o desempenho exigido pelo mercado de trabalho, ou que se mostrasse diferente ao que era imposto pela sociedade, eram excluídas, ficando isoladas de qualquer atividade social. Vale ressaltar que essas dificuldades ou limitações podem ser trabalhadas através do atendimento especializado, os quais contribuem para que a pessoa com necessidades especiais superem-nas.

Para Silva (2009), ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência eram inseridas em instituições com caráter assistencialista, estas eram construídas bem distantes das cidades e povoados, para que estes sujeitos ficassem incomunicáveis e privados de liberdade. A estes, ainda era recusado o direito a educação, sendo a elas negada a matrícula em uma escola com alunos “normais”, consideravam que o melhor lugar para essas pessoas era em escolas especializadas, pois nestas instituições as pessoas com deficiência teriam atendimento próprio às necessidades deles.

Um exemplo disso são as pessoas com doenças mentais, as quais eram mantidas em instituições psiquiátricas, muitas vezes encarceradas e até acorrentadas, pois acreditavam que ofereciam riscos a quem trabalhavam nas instituições ou até mesmo à

sociedade. Em muitos casos a Segregação acontece em função da classe social que essas pessoas fazem parte, da origem étnica, religiosa ou sexual.

Beyer (2006) cita também que além das escolas especiais serem vistas como espaços segregadores, estas ainda hoje desempenham a função “de ‘depósito’ de rejeitados, fracassados e deficientes, cujo desempenho não satisfaz a normatividade do currículo regular”. (p.21) Ou ainda tem a função de trabalhar com as crianças que o sistema regular não sabe ou não quer lidar.

Posteriormente, fez-se necessário pensar em construir Escolas e Classes Especiais dentre outras instituições com a finalidade de possibilitar às pessoas com deficiência terem acesso à educação, sendo este período caracterizado pelo princípio da integração, porém ao invés da escola se adaptar as condições da criança era esta que deveria adequar-se aos padrões da escola. Deste modo, a inserção de alunos especiais na sala regular não era suficiente para garantir a estes o direito a educação, pois ainda eram discriminados pela sua condição. Como cita o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental- Educação Especial (1998):

A integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra esse seguimento populacional, mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades. (BRASIL, 1998, p.55)

A garantia de integração não é apenas inserir o aluno com Necessidades Educativas Especiais na sala de aula, mas oferecer-lhe condições de aprendizagem, capazes de proporcionar o desenvolvimento do indivíduo. A partir do momento que este não seja incluído definitivamente, ele ainda estará sendo excluído. O Programa de Capacitação (1998) ressalta ainda que “significa inserir no ambiente o menos restritivo possível, atendendo às características pessoais de cada aluno, suas potencialidades e limitações”. (BRASIL. 1998, p. 47)

Para tanto, a integração foi um movimento que se fez fundamental para por em prática o processo de inclusão das crianças, jovens e adultos com NEE na escola do ensino regular de forma gradativa. Estas mudanças vem acontecendo desde que muitos países passaram a compreender que o lugar de crianças especiais não é segregados em espaços escolares ou instituições psiquiátricas, mas sim em contato com as demais crianças ditas normais. Isto gerou discussões internacionalmente como nos encontros em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e em Salamanca na Espanha, em 1994. Deste modo,

as discussões feitas sobre a concepção de educação inclusiva foi ganhando força cada vez mais.

A partir daí, dar-se início as lutas pelo direito a uma educação de qualidade, onde a inclusão aconteça de fato. É válido ressaltar que incluir não é “depositar” a criança na escola, mas garantir a esta um ensino que desenvolva as suas potencialidades. Sendo assim, o Programa de Capacitação cita que:

A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual ela se adapta, se transforma para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p.67)

Sabemos que a educação especial encontra-se em constantes mudanças com relação às pressões sociais no sentido de aberturas de espaços para as pessoas com necessidades especiais, a fim de que estes saiam dos redutos segregados para os espaços a que são de direito. Para tanto, os diversos conceitos relacionados à pessoa com deficiência vem sendo repensados e mudados ao longo dos anos, algumas terminologias também tem sofrido mudanças no decorrer do tempo. Um exemplo disso são os termos: excepcional, seguido de pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades especiais, depois pessoa portadora de necessidades educativas especiais e hoje pessoa com necessidades educativas especiais.

Todas essas terminologias eram utilizadas no âmbito educacional referente às pessoas com deficiência, cujas modificações ocorreram com a proposta de tentar minimizar o preconceito que as pessoas com NEE sofriam ao longo do tempo. No entanto, tais mudanças não foram suficientes para que o preconceito fosse minimizado, pois a ideia de diferente, fora da normalidade dentre outros estigmas, ainda continuam enraizado nos discursos e atitudes de muitas pessoas.

O processo de inclusão tem como objetivo atender a todos os tipos de deficiência, isso significa dizer que o atendimento inclui também pessoas com distúrbios severos e com múltiplas deficiências. E isto deve acontecer desde o início da escolarização da pessoa com deficiência. Para que este processo se efetive, faz-se necessário que ocorram algumas modificações no âmbito escolar como mudança no currículo, na metodologia, na avaliação, no espaço físico da escola, além da formação desses profissionais que atuarão com estes alunos na sala comum, a fim de que o aluno desenvolva o seu potencial. Muitos ainda acreditam que a inclusão de alunos com Necessidade Educacionais Especiais na sala regular pode prejudicar o desenvolvimento

e aprendizado das crianças ditas normais, mas pelo contrário, a inclusão destes tem oferecido oportunidades de múltiplas aprendizagens.

Segundo Beyer (2006) a educação inclusiva exige uma nova maneira de pensar, pois sabemos que as crianças são diferentes entre si, cada um com sua maneira de pensar e aprender, tendo em vista que todos são especiais. Deste modo, faz-se necessário que o professor trabalhe de forma individual e não de maneira uniforme, isso significa uma individualização dos alvos, da didática e da avaliação, desenvolvendo atividades que o aluno possa demonstrar melhor o seu desempenho e não exigir algo que não esteja dentro de seus limites. Cabe ressaltar que, o profissional não pode ensinar ao aluno com NEE da mesma forma que ensina as demais crianças, pois cada uma tem a sua maneira própria de aprender, portanto o ensino deve ser diferenciado.

Para tanto, a educação especial, do ponto de vista inclusiva, tem sido elemento de formulação de políticas públicas educacionais, as quais defendem que a educação é direito de todos. Estas discussões não são recentes, visto que há muito tempo já vinha sendo discutidas as questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Um exemplo claro disso são as legislações, que asseguram o direito das pessoas com NEE, sendo elas, a Constituição Brasileira de 1988; o documento produzido na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien – Tailândia em 1990; a Declaração de Salamanca, fruto da Conferência Mundial de Educação Especial realizada na Espanha em 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

Segundo Silva (2009), a princípio as instituições tinham um caráter assistencial, posteriormente estas começam a se preocupar com a educação das pessoas com deficiência, surgindo assim às instituições para surdo, mais tarde para os cegos e tempos depois para os deficientes mentais (hoje deficientes intelectuais). No entanto, as crianças colocadas nesses espaços eram rotuladas e segregadas por causa da sua deficiência, mesmo com a preocupação de oferecer uma educação para estas pessoas, o processo de inserção destes numa classe ou ainda numa escola especial não deixa de ser segregativo, mas com o passar dos anos estes espaços vem sofrendo modificações, tanto na infra-estrutura, quanto na sua visão educacional.

No Brasil, as pessoas com deficiências passaram a ter atendimento educacional a partir da criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1845 e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual INES. Posteriormente foi criado o Instituto Pestalozzi, onde as pessoas com deficiência mental eram atendidas, fundou-se também a Associação de

Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1945. É válido ressaltar que acontece na Sociedade Pestalozzi o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas superdotadas.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no Art. 208, inciso III, o atendimento especializado para pessoas com necessidades educacionais especiais deve acontecer preferencialmente no ensino regular. A Declaração de Salamanca (1994) também afirma que todos os estudantes têm direito a uma educação de qualidade, porém esta deve ser capaz de atender às demandas dos educandos, compreendendo que se faz necessário a adaptação das estruturas da escola para que assim possa atender a estes sujeitos.

Sendo assim, a inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no sistema público de ensino implica em uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais no intuito de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando e valorizando a diversidade de cada um. Garantindo assim, a escolarização e atendimento às necessidades educacionais de todos, o que provocou diversas mudanças tanto na parte física da escola, pois necessitou oferecer acessibilidade às pessoas com NEE, quanto na formação e nas práticas metodológicas dos professores.

Segundo Alves (2006), a organização do sistema de educação baseado na perspectiva de inclusão deve eliminar as barreiras de exclusão dando visibilidade às pessoas com necessidades especiais, possibilitando que estas tenham oportunidade de construir o seu próprio futuro. Desconstruindo assim, a cultura de exclusão, segregação e integração enraizada há muitos anos, a qual se associava a incapacidade dos sujeitos com deficiência de realizar alguma atividade.

Desta forma, as mudanças ocorridas no sistema de ensino com o objetivo de que aconteça a inclusão de pessoas com NEE devem possibilitar o acesso ao ensino regular, além da oferta de atendimento educacional especializado, o qual permite a eliminação das barreiras impeditivas de acesso ao currículo, tais mudanças ainda preveem o desenvolvimento de programas de formação de professores, acessibilidade dos espaços físicos da escola bem como recursos técnicos e serviços de acessibilidade pedagógica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Diante do exposto, concluímos que o processo de desconstrução das concepções e paradigmas voltados à educação de pessoas com deficiência é de fundamental importância, pois permite aos sujeitos terem oportunidades de inserção na sociedade, tendo em vista que estes ao longo do tempo foram excluídos da sociedade.

Sabemos que as discussões sobre o processo de inclusão ainda percorre um longo caminho, pois requer mudanças no intuito de possibilitar à pessoa com deficiência conquistar seus espaços. Para tanto, faz-se necessário trabalharmos em função de minimizar as atitudes de exclusão ainda enraizadas na sociedade.

Deste modo, conclui-se que pensar na inclusão de pessoas com deficiência exige mudanças de postura, formas de enxergar esses sujeitos na sociedade, além de considerar as singularidades da deficiência de cada sujeito.

## **REFERÊNCIAS:**

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para Atendimento Educacional Especializado**. MEC/SEE, Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.nre.seed.gov.br/nre/umuarara/arquivos/File/sala\\_rec\\_mult.PDF](http://www.nre.seed.gov.br/nre/umuarara/arquivos/File/sala_rec_mult.PDF). Acesso em: 12 de Novembro de 2012.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidade educacionais especiais**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cf205a214.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm). Acesso em: 07 de Abril de 2013.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Educação Especial- Cadernos de Estudo**. Secretaria de Educação Especial- SEESP, Rio de Janeiro: Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais UNESCO. Salamanca, 1994.

SILVA, Maria Odete Emygdio da . Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, 2009. 13.135-153. Disponível em: <http://www.scielo.o.ces.mctes.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.